

Índice

Agradecimentos	9
Introdução.	13

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I – A reconfiguração das normas internacionais do trabalho colonial: iniciativas de <i>universalização</i> num mundo de <i>diferença</i>	27
Confrontando a «inanidade dos princípios»	42
Capítulo II – A reorganização do império e o problema do «trabalho indígena»	61
A descaracterização do direito colonial internacional.	88

SEGUNDA PARTE

Capítulo III – O fim dos «felizes tempos»: a nova internacionalização dos debates sobre liberdade no trabalho	105
O Comité Especial sobre Escravatura	112
«O que convém não ter no esquecimento»	119
Capítulo IV – «Dar remédio ao que puder ser remediado»: os trabalhos do Comité <i>ad-hoc</i> sobre Trabalho Forçado	141
Entre a reforma social e integração internacional.	153

TERCEIRA PARTE

Capítulo V – Um longo e conturbado processo: a ratificação da convenção sobre trabalho forçado (n.º 29)	175
«Um fundo de verdade»: Basil Davidson e a questão laboral no império	182
A ratificação da Convenção n.º 29.	194
Capítulo VI – O alargamento do universo de normas internacionais laborais aplicáveis às colónias portuguesas . .	205
Em busca da unidade imperial	209
De novo a liberdade no trabalho.	223
Capítulo VII – Entre o «indígena» e o «aborígene»: a OIT como espaço de afirmação da ordem jurídico-política do império	237
Um «reformismo» particular	247

QUARTA PARTE

Capítulo VIII – A queixa do Gana contra o Império Português em 1961.	277
«Um perigosíssimo precedente»	287
Capítulo IX Para além do «veredicto»: mudança interna e ação externa	317
Autoescrutínio imperial: entre a letra da lei e a prática	322
«A lei mais avançada de toda a África»	331
O império contra-ataca	346
Conclusão	363
Bibliografia e fontes primárias	371
Lista de fontes primárias utilizadas	387
Índice remissivo	393